



**Associação Portuguesa de Pais e Amigos do
Cidadão Deficiente Mental**

CONSULTA PRÉVIA 01/2025

**Fornecimento contínuo de equipamentos
de proteção individual**

CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO DE 2025

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.^a

OBJETO

1. O presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II, tem por objeto o “Fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual”.
2. Na execução do fornecimento abrangido pelo supracitado contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o fornecedor obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
4. A responsabilidade pela execução de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do cocontratante e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Fornecedor.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

CLÁUSULA 2.^a

OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia, que tem por objeto principal o **“Fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual”**, para a APPACDM de Viseu, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14/07, nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 3.^a

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

Sede: Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu
Rua APPACDM, Repeses, 3500 – 431 Viseu
Telf 232483260
geral@appacdmviseu.pt

Estabelecimento: Dr. Victor Fontes
Av. Madre Rita de Jesus, Juguieiros,
3500 – 177 Viseu
Telf 232461041 Telf 966389871 Fax 232469334
geral.vf@appacdmviseu.pt

Estabelecimento: Santa Comba Dão
Rua da Escola, n.º 16, Vila Pouca,
3440 – 111 São Joaninho SCD
Telf 232888676 Fax 232888678
geral.scd@appacdmviseu.pt

- a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, e aceites pelo Fornecedor, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.^a

PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data aposição da última assinatura eletrónica qualificada no clausulado contratual.
2. O prazo máximo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.**
3. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência logo que seja atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - a. O prazo de execução máximo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
 - b. Na data da renovação do contrato caso algumas das partes comunique a intenção de não renovação.
 - c. O valor do preço contratual.
4. Durante o período de vigência do contrato, fornecedor não pode efetuar qualquer alteração ao preço dos bens e às condições acordadas com a Entidade Adjudicante.
5. Findo o prazo estipulado no n.º 2 da presente cláusula e não sendo esgotadas as quantidades previstas nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, nem atingido o preço base fixado para o procedimento, ao fornecedor não é conferido o direito a qualquer indemnização, podendo dar-se por concluído o fornecimento.

CLÁUSULA 5.^a

LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os bens objeto do contrato devem ser entregues à disposição da entidade adjudicante nas instalações indicadas pela APPACDM de Viseu, nas moradas indicadas nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 6.^a

OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Fornecer os bens identificados na sua proposta, em conformidade com as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b. Cumprir o prazo de entrega dos bens objeto do presente contrato;
 - c. Transportar os bens objeto do contrato para o local indicado pela Entidade Adjudicante;
 - d. Assegurar a garantia de todos os bens a fornecer;
 - e. Esclarecer a Entidade Adjudicante em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
 - f. Garantir a todo o momento a qualidade dos bens, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - g. Não alterar as condições de fornecimento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
 - h. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Entidade Adjudicante relativos à entrega dos bens identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
 - i. Designar um gestor de cliente, que servirá de interlocutor com o representante da Entidade Adjudicante, em todos os aspetos de execução do contrato;
 - j. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;

- k. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - l. Executar os fornecimentos com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - m. Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis ao fornecimento;
 - n. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - o. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de combustível objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção do fornecimento não programado, o fornecedor emitirá, no prazo de 5 (cinco) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
 - p. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
 - q. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado o fornecimento dos bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - r. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - s. Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o fornecedor indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
 - t. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - u. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados.
1. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e/ou informáticos que sejam necessários e

adequados ao cumprimento das obrigações a que está adstrito, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 7.^a

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO FORNECIMENTO

1. O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do presente procedimento, em conformidade com o presente Caderno de Encargos e em cumprimento das exigências legais, obrigações do fornecedor e respetivos termos, condições e prazos acordados, aplicáveis aos contratos de fornecimento, nos termos do CCP e demais legislação aplicável e na proposta apresentada.
2. Os fornecimentos devem ser executados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos necessários para a sua boa e integral utilização, incluindo instruções/especificações e outros;
3. O fornecedor é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância no fornecimento objeto do contrato que existam no momento em que o mesmo é executado.

CLÁUSULA 8.^a

CONTROLO DA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo fornecedor e o qual fará a inspeção e o acompanhamento do fornecimento, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, em matéria de modificação e cessação do contrato.
2. Durante o fornecimento objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, através do gestor, procederá à inspeção quantitativa e qualitativa do bem, com vista a verificar se está em conformidade com as condições estabelecidas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas citadas Cláusulas Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do fornecedor.
5. O fornecedor não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito do fornecimento a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 9.ª

INOPERACIONALIDADES OU DISCREPÂNCIAS

1. Se no decorrer do acompanhamento previsto na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas – Parte II, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o fornecedor proceder às alterações necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todas as discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 10.ª

GARANTIA TÉCNICA

1. Nos termos da presente cláusula e do Decreto-lei n.º 84/2021 de 18 de outubro que Regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais,

transpondo as Diretivas (UE) 2019/771 e (UE) 2019/770, o Fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de **três anos a contar da entrega dos bens**, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas – Parte II, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. Num prazo razoável, a contar da data em que a Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável, fixado pela Entidade Adjudicante, que não deve exceder os 30 dias, salvo nas situações em que a natureza e complexidade dos bens, a gravidade da falta de conformidade e o esforço necessário para a conclusão da reparação ou substituição justifiquem um prazo superior.
5. Em caso de reparação, o bem reparado beneficia de um prazo de garantia adicional de seis meses por cada reparação até ao limite de quatro reparações, devendo o fornecedor aquando da entrega do bem reparado, transmitir à entidade adjudicante essa informação.
6. São excluídos de garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
7. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o Fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos pagamentos devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

8. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado na presente cláusula, aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 84/2021 de 18 de outubro.

CLÁUSULA 11.ª

CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

9. Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
10. O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
12. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O fornecedor obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
 - a. Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a

- respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
17. No caso em que o fornecedor seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

CLÁUSULA 12.ª

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a

quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 13.^a

CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1. O Fornecedor deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade Adjudicante.
2. O Cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CLÁUSULA 14.^a

GARANTIA DE CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fornecimento que integra o objeto do contrato, durante todo o período contratual, conforme definido no presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 15.^a

TRANSIÇÃO DO FORNECIMENTO OBJETO DO CONTRATO

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o fornecedor obriga-se a prestar toda a assistência necessária para a transição do fornecimento objeto do contrato para a nova Entidade Adjudicante ou para o terceiro por esta designado, de modo a garantir a continuidade do fornecimento objeto do contrato.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 16.^a

OBRIGAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Efetuar o controlo da qualidade e quantidade dos fornecimentos, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas;

2. Monitorizar o fornecimento, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
3. Fiscalizar a execução dos fornecimentos, nomeadamente:
 - a. Verificar se os bens estão a ser fornecidos em conformidade com os requisitos estabelecidos contratualmente, no CCP e demais legislação aplicável;
 - b. Avaliar as reclamações e, caso as julgue procedentes, providenciar junto do fornecedor para que sejam satisfeitas e não se repitam as causas que as originaram;
 - c. Rejeitar os bens que não estejam nas devidas condições.
4. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários ao fornecimento;
5. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 17.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante na requisição efetuada, sendo considerado sempre o preço unitário dos de cada bem de acordo com o apresentado na proposta adjudicada, em função das quantidades efetivamente entregues, até ao valor base fixado para o procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual corresponde ao preço base do procedimento fixado em **62.220,00€ (sessenta e dois mil e duzentos e vinte euros)**, acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, sendo o valor total que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelos bens fornecidos, em função do consumo efetivamente verificado, para a globalidade do prazo de execução do contrato de 36 meses.
3. O preço referido no número 2, inclui todos os custos, encargos, e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, designadamente despesas de deslocação, alimentação, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas patentes ou licenças.

CLÁUSULA 18.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Para efeitos de pagamento, o fornecedor deverá apresentar à Entidade Adjudicante as correspondentes faturas, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data do seu vencimento, de acordo com as requisições efetuadas.
2. O valor a faturar respeitará os valores unitários dos bens apresentados na proposta adjudicada.
3. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da sua fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
4. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens objeto de requisição.
5. Cada fatura deverá referir especificamente o fim a que se destina, detalhando os bens e as quantidades efetivamente entregues.
6. As faturas no âmbito do presente contrato devem ser emitidas em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações.
7. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 19.^a

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis), nos seguintes termos:
 - a. 2% por cada dia de atraso nos prazos estabelecidos sobre o valor total dos bens objeto de requisição;
 - b. 2% sobre o valor total dos bens objeto de requisição nos quais se verifique quantidades entregues inferiores às quantidades requisitadas;

- c. A dedução da importância das multas aplicadas nos termos das alíneas anteriores, será efetuada aquando do pagamento, sendo nesta altura feitos os acertos necessários e tidas em linha de conta as retenções previstas.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo danos decorrentes do incumprimento do fornecimento.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Fornecedor, de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do Fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 21.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º do CCP, designadamente, nos casos de:
- a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;
 - b. Incumprimento, por parte do Fornecedor e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes do contraente público no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - d. Oposição reiterada do Fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;

- e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f. O Fornecedor se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
2. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração normal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme os artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante, podendo o fornecedor pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

CLÁUSULA 22.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Fornecedor pode resolver o contrato em caso de:
- a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 332.º do CCP;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
3. Nos casos previstos na alínea c., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo Fornecedor à Entidade Adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 23.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade Adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 24.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

São admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

CLÁUSULA 25.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas, em português:
 - a. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma de contratação pública acinGov;
 - b. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas pelo meio referido no número anterior, bem como através de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual das entidades a identificar no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
3. No caso das comunicações do Fornecedor à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 26.^a

COMUNICAÇÃO DA NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO

1. As partes devem comunicar à outra a vontade de não renovar o contrato, respeitando um aviso prévio de 60 dias, não havendo lugar à obrigação de indemnização.
2. A comunicação deve ser escrita e redigida em português, pelos meios previstos na cláusula seguinte do presente Caderno de Encargos e de acordo com o estabelecido no artigo 468.º do CCP.

CLÁUSULA 27.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 28.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza dos bens a adquirir, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

PARTE II **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

CLÁUSULA 29.^a

ENQUADRAMENTO

1. O objeto do presente contrato tem como objetivo o fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual.
2. O fornecimento dos bens será permanente e contínuo e será efetuado através de requisições da APPACDM de Viseu, consoante as necessidades.

CLÁUSULA 30.^a

SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS PELO FORNECEDOR

1. Na eventualidade de ser necessário proceder à substituição de produtos durante o período de vigência do contrato, o fornecedor deverá apresentar produto(s) com características técnicas e qualidade semelhante ao produto original, só podendo a substituição ser

efetivada mediante prévia autorização da Entidade Adjudicante.

2. Para efeitos do número anterior, o adjudicatário deverá fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da entidade adjudicante, nomeadamente causa que originou a necessidade de substituição, amostras, fotografias e especificações técnicas e funcionais dos novos bens que pretende fornecer.
3. O preço do novo bem não poderá ser superior ao preço do bem substituído.

CLÁUSULA 31.^a

ENTREGA DOS BENS

1. Os bens objeto do presente procedimento, serão entregues mediante requisição da Entidade Adjudicante, na sede, sita na Rua APPACDM, Repeses, 3500-431, Viseu durante o horário de funcionamento respetivo.
2. A entrega dos bens apenas deve ser realizada após a emissão de requisição por parte da Entidade Adjudicante e a fatura deve ser emitida após cada fornecimento.
3. Os bens objeto do contrato devem ser acompanhados das respetivas fichas técnicas dos produtos e de segurança, nos termos da legislação vigente.
4. Sem prejuízo de outro acordo escrito entre as partes, os bens objeto do contrato deverão ser entregues no prazo indicado na proposta adjudicada após o envio da nota de encomenda por parte da Entidade Adjudicante, não podendo este prazo ser superior a **10 (dez) dias úteis após o envio da requisição.**
5. Durante a execução do contrato, excecionalmente e fundamentadamente, o prazo de entrega dos bens poderá ser alterado mediante acordo escrito entre as partes.
6. O adjudicatário é responsável pelo transporte, armazenagem e conservação de todos os bens devendo ser executados de acordo com todas as normas exigíveis e de acordo com legislação em vigor.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do fornecedor.
8. As operações de entrega de bens deverão discriminar devidamente os bens fornecidos, o seu preço unitário e o valor global do fornecimento, respeitando rigorosamente as especificações dos bens colocados a concurso, definidos no presente Caderno de Encargos.
9. A prática de irregularidades no e durante o fornecimento, nomeadamente a recusa dos bens, por incumprimento dos requisitos técnicos e específicos dos bens colocados a concurso, implica a aplicação ao fornecedor faltoso das penalidades contratuais.
10. Sem prejuízo do cumprimento das disposições gerais relativas à devolução de bens que se

apresentam em mau estado ou fora das condições estipuladas na lei e no presente Caderno de Encargos, será feita por conta e risco do fornecedor.

CLÁUSULA 32.^a

BENS A FORNECER

1. A seguinte listagem estabelece os bens a fornecer objeto do presente procedimento pelo prazo máximo de execução de 36 meses.
2. As quantidades previstas nas tabelas seguintes são meramente indicativas, servindo apenas para os concorrentes elaborarem a sua proposta, relevando apenas para verificar a admissibilidade da proposta nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, reservando-se a possibilidade de em sede de execução do contrato, verificar-se uma quantidade requisitada menor ou maior, em função das necessidades de consumo.
3. No caso de serem referenciadas marcas, as mesmas são meramente indicativas, sendo possibilitada a substituição por outra, desde que equivalente em características e composição.
4. Na proposta a apresentar, os concorrentes poderão apresentar um modo de fornecimento diferente do referido nas tabelas abaixo, desde que cumulativamente:
 - a. sejam respeitadas a totalidade das quantidades definidas;
 - b. seja apresentado um único preço unitário (no máximo com duas casas decimais) para cada um dos bens, devendo esse preço unitário estar de acordo com o modo de fornecimento proposto pelo concorrente.
 - c. Os bens a adquirir devem estar em conformidade com as especificações técnicas apresentadas na seguinte tabela, sob pena de exclusão:

Cód. Artigo	Descrição	Unidad e	Quantidades para 36 meses	Personalização/Logotipos	Cores
1	Calça multibolsos 65% Poli 35% Algodão 200grs com personalização na perna	UN	110	APPACDM e PESSOAS 2030	Verde bosque
2	Sweat shirt polar unisexo 300 gr com personalização no peito	UN	110	APPACDM e PESSOAS 2030	Cinza
3	Polo de manga curta com personalização peito	UN	225	APPACDM e PESSOAS 2030	Cinza/ Azul Porto/ Wine/ Preto
4	Sapato desportivo com atacadores, multifuncional	PAR	110		Este equipamento deve estar em conformidade com o Regulamento (EU) 2016/425 para EPI
5	Sapato desportivo com atacadores, multifuncional	PAR	110		
6	Boné 100% algodão 6 Painéis, C/Aperto em	UN	170		Cinza/ Azul Marinho

Cód. Artigo	Descrição	Unidade	Quantidades para 36 meses	Personalização/Logotipos	Cores
	Metal				
7	Galocha de borracha meio cano	PAR	70		
8	Fato de Chuva impermeável com personalização no peito	UN	70	APPACDM e PESSOAS 2030	Verde
9	Máscara Descartável com válvula	UN	100		
10	Luva Poliéster/Algodão Reciclado Revestido C/Látex	PAR	170		
11	Cone Sinalização - 50	UN	20		
12	Fita Sinalização Vermelha/Branca (200 m)	UN	10		
13	Sapato segurança perfurado com atacadores, multifuncional	PAR	110		
14	Luvas de Nitrilo descartáveis, caixa com 50 unidades	CX	60		
15	Bata trabalho com Abertura Frontal C/Botões e com personalização no peito	UN	70	APPACDM e PESSOAS 2030	Cinza
16	Protector Auricular Super Alta Visibilidade	UN	40		
17	Óculo Panor. Policarbonato Transp. Anti-Embaciante	UN	40		
18	Polo Manga Comprida 100% Algodão, 210gr com personalização no peito	UN	60	APPACDM e PESSOAS 2030	
19	Calças Calça Bicolor 60% Algodão 40% Poliéster 245 Gr/M2	UN	60		Azul Porto
20	Sapato/bota em borracha térmica plástica e ilhoses fechadas e de corte baixo	PAR	60		
21	Botins segurança em PVC com borracha nitrílica	PAR	40		
22	Bota de Segurança Projectada para condições de trabalho difíceis ao ar livre com biqueira e palmilha de aço e resistência ao deslizamento	PAR	60		
23	Colete acolchoado com personalização no peito	UN	6	APPACDM e PESSOAS 2030	Azul Marinho
24	Colete Tipo Safari Bicolor Multibolsos com personalização no peito	UN	6	APPACDM e PESSOAS 2030	

Cód. Artigo	Descrição	Unidad e	Quantidades para 36 meses	Personalização/Logotipos	Cores
25	Avental c/ peito com personalização no peito	UN	140	APPACDM e PESSOAS 2030	cinza claro /preto/ cinza escuro/ Azul marinho (rapaz)
26	Avental de peito impermeável com personalização no peito	UN	120	APPACDM e PESSOAS 2030	
27	Avental de Bar com personalização no peito	UN	70	APPACDM e PESSOAS 2030	
28	sapatilha desportiva de trabalho com ponta protegida do tipo BULKLIN BRAGOO SKECHERS ou equivalente	PAR	130		
29	Camisa Manga Comprida	UN	60		branca
30	Calça C/Cintura Elástica e Cordão	UN	130		preto / cinzento
31	Jaleca Cozinha	UN	60		vermelho/ castanho
32	Gorro de Cozinha com personalização	UN	120	APPACDM e PESSOAS 2030	branco/ preto
33	Avental c/ peito PVC com personalização no peito	UN	60	APPACDM e PESSOAS 2030	
34	Sapato Segurança c/pala	PAR	60		branco/ preto
35	Calça Direita homem	UN	60		preto
36	Túnica/ bata (RAPARIGA) com personalização no peito	UN	40	APPACDM e PESSOAS 2030	Azul marinho/ Azul hospital
37	Avental para a área Alimentar (RAPARIGA) com personalização no peito	UN	40	APPACDM e PESSOAS 2030	Azul
38	Jaleca Microfibra maga curta (RAPAZ) com personalização	UN	20	APPACDM e PESSOAS 2030	Branca/Preta
39	Touca c/ pala e rede	UN	50		Branca/ preto
40	Sapato de Pele C/Aperto em Velcro	PAR	50		Branco/ azul marinho
41	Camisola manga curta com personalização no peito	UN	90	APPACDM	Azul marinho/ azul celeste/ turquesa/ branco
42	Polar 280gr	UN	60		Azul
43	Soca Hospitalar	PAR	60		Blue/ Navy / white
44	Kit Florestal (Capacete+Viseira Metálica+Protetor Auricular)	UN	40		
45	Luva Flexo Grip Nitrilo pack de 12 unidades	PACK	40		
46	Perneiras de Motosserrista Classe 1 C/Refletores nas Pernas	PAR	40		
47	Luvras Anti-Corte	PAR	40		

Cód. Artigo	Descrição	Unidade	Quantidades para 36 meses	Personalização/Logotipos	Cores
	Motoserrista Classe 2 REF. PR6403				
48	Abertura de Quadro P/Tansfer Logo APPACDM, se aplicável	UN	1		
49	Abertura de Quadro P/Tansfer Logo PESSOAS 2030, se aplicável	UN	1		
50	Abertura de quadro para estampar - COSTAS, se aplicável	UN	1		
51	Abertura de quadro para estampar - PEITO, se aplicável	UN	1		

CLÁUSULA 33.^a

PERSONALIZAÇÃO E LOGOTIPOS

- No preço unitário proposto para cada artigo está incluída a personalização das peças de acordo com o definido na tabela da cláusula anterior.
- Devem ser considerados os seguintes logotipos:
 - APPACDM de Viseu com as seguintes dimensões:



- PESSOAS 2030 com as seguintes dimensões:



Cofinanciado pela
União Europeia

ou



Em representação da direção da APPACDM de Viseu,

Presidente, Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes

Vice-Presidente, Pedro Miguel Bandeira Pinho